

Contemporaneidade e Serviço Social: A Formação Profissional do Assistente Social na Educação a Distância em Tempos de Inclusão

Ivan Vale de Sousa¹

¹ Mestrando em Letras no Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília (UnB). Tutor presencial no curso Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará (UFPA) / Universidade Aberta do Brasil (UAB). Parauapebas - PA - Brasil. ivan.valle.de.sousa@gmail.com

Resumo

A inclusão pressupõe a mudança de paradigmas, a criação ou adaptação de estratégias pedagógicas. Nessa perspectiva, esta abordagem é um estudo de caso, acerca da acessibilidade na Educação a Distância de um acadêmico deficiente visual cego no curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior (IES) na cidade de Parauapebas, sudeste do Pará. Refletir sobre o processo de inclusão no ensino superior a distância, analisar as condições oferecidas pela IES na construção dos saberes sistematizados e evidenciar a importância de uma política inclusiva são objetivos deste relato. A metodologia é de natureza bibliográfico-analítica, na qual autores como Libâneo (2004), Iamamoto (2006), Oliveira (2009), entre outros contribuem assim como, a partir da entrevista-questionário. Não é pretensão de esta proposta macular a função social da Instituição, tampouco apresentar soluções, mas propor reflexões sobre a política de democratização do ensino na modalidade a distância na perspectiva da acessibilidade no ensino superior.

Palavras-chave: Educação a distância; Serviço social; Deficiente visual; Acessibilidade.

Contemporary and Social Welfare: The Formation of Professional Social Worker in Distance Education in Times of Inclusion

Abstract

Inclusion requires a change of paradigms, the creation or adaptation of teaching strategies. From this perspective, the approach is based on a case study about accessibility in the Distance Education Social Welfare Service course from a Higher Education Institution (IES) for visually impaired public in Parauapebas city, southeastern city of Para. The objectives of this of this article are to reflect on the inclusion process in higher education at a distance, to analyze the conditions offered by IES on construction of systematized knowledge and to highlight the importance of an inclusive politic. The methodology is based on a bibliographic analysis in which, authors, as Libâneo (2004), Iamamoto (2006), Oliveira (2009), and others contribute to the discussion, as well as, the interview-questionnaire. This paper does not intended to question social function of the institution, nor to present solutions, but to propose reflections on the democratization of education policy in the distance from the perspective of accessibility in higher education.

Keywords: Distance education; Social service; Visual deficient; Accessibility.

1. Introdução

A educação de qualidade tem por fundamento os princípios éticos, políticos e humanitários, por isso o propósito educacional deve ser capaz de contemplar as necessidades dos aprendentes. O compromisso de intermediar o conhecimento pressupõe encarar os desafios e transformá-los em possibilidades de modo que incitem os sujeitos em formação a desenvolver competências, aprimorar habilidades como também evidenciar as potencialidades a partir das práticas pedagógicas significativas.

A educação a distância tem representado a transformação de muitas realidades e, quando utilizada no contexto da educação especial, sobretudo no contexto da educação inclusiva, os recursos tecnológicos devem estar em prol das necessidades das pessoas com deficiência. A educação especial à luz da proposta inclusiva concebe os ambientes educacionais como espaços comuns às pessoas com e sem deficiência; incluir pressupõe aceitar as diferentes formas de aprender, as mudanças estratégicas e pedagógicas, além de oferecer as condições que possibilitem o desenvolvimento de todos. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/ 96, capítulo V, da Educação Especial, no Art. 59, assegura que os sistemas de ensino devem garantir “aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”¹, o acesso ao ensino de qualidade.

Corroborando com o principiar das reflexões sobre o processo de inclusão, principalmente nas práticas pedagógicas, as autoras Castro & Gauthier afirmam que:

A educação inclusiva tem como proposta fundamental o desafio de romper com o preconceito no intuito de superar a anomia e emancipar os sujeitos sociais, o que passa a ser um grande desafio para a educação, uma vez que pressupõe que a formação dos cidadãos envolva compreender e respeitar a realidade e limite de cada indivíduo, criando e ampliando a ideia de pertencimento e de identidade coletiva consolidando a formação integral destes atores, historicamente excluídos e marginalizados (Castro & Gauthier, 2009, p. 316).

A pesquisa classifica-se como estudo de caso e é caracterizada pela inserção de um aluno deficiente visual cego no curso de Serviço Social de uma conceituada instituição com polo na cidade de Parauapebas, sudeste do Pará. Neste estudo serão apresentadas as condições de inserção discente, assim como a preocupação dos agentes administrativos em nível local. Logo, esta abordagem suscita reflexões sobre a qualidade na oferta de curso a distância comum a todos.

Evidenciar a atuação e o acolhimento do aluno deficiente visual no curso de Serviço Social a distância é uma das propostas deste trabalho, assim como refletir a partir de quais pressupostos o ensino universitário nessa modalidade se torna acessível, levando-se em conta a garantia na oferta de ensino de qualidade e dos recursos tecnológicos e humanos na construção de conhecimento ao acadêmico em questão.

Ressalta-se, ainda, que não é função desta abordagem macular ou deturpar o compromisso social e emancipador que a IES cumpre, mas propor reflexões que viabilizem ações eficazes na promoção de um ensino inclusivo, considerando a diversidade e as peculiaridades do público atendido.

2. Reflexões sobre Educação e Educação a Distância

Os ideais educativos partem do conhecimento sobre as concepções humanas e sociais, uma vez que a educação precisa ser inserida na luta pela democratização do saber sistematizado e na transformação da sociedade. A mudança das realidades sociais exige conhecimentos fundamentados nas questões filosóficas que posicione o homem diante dos desafios contemporâneos na busca dos direitos e das conquistas de condições materiais, políticas, culturais e sociais na perspectiva de sujeitos ativos.

A educação é condição para se viver em sociedade, pois o conhecimento adquirido e as experiências político-culturais são imprescindíveis ao convívio em coletividade. Tal condição “constitui-se como prática cultural e intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos” (Libâneo, 2004, p. 5). Ela representa o mecanismo de transformação e reprodução do saber por uma sociedade menos injusta.

Cumprir, ainda, o poder de promover mudanças, de romper barreiras, alargar horizontes e mudar paradigmas que vão de encontro à ação humana. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu Artigo 1º, assegura que a educação “[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, Art. 1º).

A educação como processo e prática de transformação social e de mudanças atitudinais constitui-se como interferente no desenvolvimento individual, coletivo e social

do homem, portanto, não se pode dissociar educação de sociedade. A ação educativa é projetada na perspectiva da coletividade, na qual os sujeitos buscam a partir dos objetivos o direcionamento para as metas almejadas.

Os aspectos humanos no processo educativo devem considerar a realidade social na qual o homem está inserido. A prática educativa é múltipla de significados e se concretiza na dinâmica das relações que ultrapassam gerações e aos poucos se enraízam na cultura, nos costumes e na língua de um povo.

Como fenômeno social e processual, a educação tem a finalidade de desenvolver a consciência humana e se constitui como parte do desafio que esse processo pressupõe ao homem uma postura crítica, formativa e social. É fato que a consciência se amplia à medida que o homem entende suas funções sociais e históricas na tomada de consciência efetivada pelo processo reflexivo.

Quando a educação acontece sem um processo reflexivo, ela se pauta numa concepção cristalizada e perenizada da realidade, restringindo-se a mero instrumento de reprodução, e não de transformação social – objetivo precípua da educação na concepção dialética (Oliveira, 2004, p. 63).

As ações educativas com base nos valores de ética e conhecimento, criticidade e respeito se apresentam de forma democrática e comprometida com os valores de justiça e direitos de igualdade. Um processo formativo que se fundamente, ainda, na perspectiva de emancipação e do bem comum humano, pois “que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?” (Saviani, 1984 *apud* Souza & Oliveira, 2010, p. 201).

Com a missão de democratizar o conhecimento, torná-lo acessível e promover o homem como agente transformador de realidades sociais diversificadas, a educação a distância (EAD) se apresenta como oportunidade de crescimento profissional, possibilidades de apreensão do conhecimento e, posteriormente, de prestígio social.

Ela representa para muitos a oportunidade de formação e profissionalização em nível superior. Essa modalidade significa, portanto, a democratização do ensino no país, o rompimento dos mitos que lhes são comuns, além de ser entendida como maneira de compartilhar o conhecimento, as habilidades e as atitudes tendo como mecanismos e recursos didático-tecnológicos as tecnologias digitais da informação e comunicação.

A utilização dos recursos tecnológicos na EAD alavancou a oferta de cursos a uma clientela diversificada. Essa expansão está relacionada ao uso das novas tecnologias como recursos didático-tecnológicos na transmissão do conhecimento e na construção de saberes. Os recursos tecnológicos não têm por função substituir o professor, porém auxiliá-lo na mediação do conhecimento e assumem a função de recursos pedagógicos contemporâneos. Assim, define-se educação a distância:

Situação educacional na qual o instrutor e o estudante estão separados pelo tempo, localização geográfica ou ambos. A educação ou curso de treinamento são entregues em locais remotos via meios de comunicação síncrono ou assíncrono, incluindo correspondência escrita, gráficos, áudio e videotape, CD-ROOM, aprendizado on-line, áudio e videoconferências, TV interativa, fax (Urda & Weggen, 2000 *apud* Ferreira & Schenkel, 2003, p. 4).

O conhecimento intermediado pelos recursos tecnológicos na EAD considera o acesso à produção do saber científico, sistematizando-o, da profissionalização para o mercado de trabalho, contribuindo também na formação de sujeitos pensantes e conscientes no processo de transformação social.

A oferta de cursos na modalidade a distância é vista de maneira positiva, considerando o acesso de grande parte da população que, por razões geográficas ou outras, não tivera a oportunidade de ingressar em um curso presencial. Essa abordagem não concebe a educação a distância como refúgio ou aglomerado de pessoas, mas como modalidade de formação de profissionais, embora, seja necessário ao aluno da educação a distância assumir o compromisso de informar e formar-se com responsabilidade e disciplina, visto que o novo desafio o põe à prova.

O aprendizado do acadêmico na modalidade em questão intermedia-se pelas ferramentas tecnológicas como forma de integração entre a teoria e a prática, permitindo a reflexão à aprendizagem. O acesso à informação independe do horário e local, contudo, o êxito nos estudos dar-se-á por meio do compromisso e desafio assumidos.

O processo interacional na EAD se realiza e se diversifica da educação presencial, acontecendo em dois momentos: o presencial e o virtual. Essa proposta é entendida e vivenciada graças ao advento da internet, como,

[...] uma fornecedora de conteúdos, ricos em informações disponíveis na rede, passíveis de serem incorporados a qualquer programa de curso. Ela nos fornece sons (rádio, CDs); imagens em movimento (filmes, vídeos, TV, etc.); a facilidade de contatar pessoas em qualquer lugar no mundo

(correio eletrônico, canais de bate-papo, listas de discussões etc.); ambientes ricos em possibilidades de aprendizagem e de ensino a distância (Course Info, Web CT, Learning Space, Capítulo net, TelEduc etc.); videoconferências, em que especialistas de diferentes áreas geram conhecimentos para grupos ou milhares de pessoas simultaneamente (Norte, 2005, p. 146).

A popularização da educação a distância deu-se graças ao surgimento da internet, isso é fato! E, nesse contexto, o professor-tutor, o professor-formador e o aluno são agentes que dialogam por meio da interação e dos recursos disponíveis, constituindo-se com ênfase o processo educacional e a autogestão da aprendizagem.

As possibilidades de interação na EAD se ampliaram com o uso dessa tecnologia, entretanto, apenas dispor desses recursos não significa construir conhecimento. Aprender, principalmente nessa modalidade de educação, é uma questão de atitude, de adaptação, de autogestão do tempo e das novas e diferentes formas de aprendizagem, cabendo, portanto, ao aluno o conhecimento e o manuseio dos recursos disponíveis, entre eles a interação por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

Por meio desses ambientes, os alunos podem construir textos colaborativos, criar roteiros de aprendizagem com o direcionamento do tutor, assim como registrar a frequência nas discussões propostas pelos cursos. Podem também utilizar o correio eletrônico – e-mail, fórum de discussão, *chat*, lista de discussão – redes sociais (Orkut, MSN, Facebook, WhatsApp, Skype, etc.) e blog para se comunicar e dirimir possíveis dúvidas.

Tais ferramentas serão promissoras ao processo educativo, desde que haja participação, diálogo e envolvimento de todos, “para fazer isso de maneira eficaz, o aluno virtual deve ser aberto, flexível, honesto e ter, de fato, vontade de assumir a responsabilidade pela formação da comunidade e de trabalhar em conjunto” (Palloff & Pratt, 2004, p. 41).

O salto do ensino e da aprendizagem a distância deu-se graças à criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da parceria das universidades públicas com os municípios em oferecer cursos nessa modalidade, mediante essas ações, os mitos sobre o processo de formação na EAD estão, aos poucos, sendo desmistificados.

Destarte, a educação a distância não se sobrepõe ao ensino presencial, tampouco, pode ser entendida como inferior. Ambas têm o mesmo propósito: democratizar o ensino

e contribuir com as transformações sociais dos sujeitos envolvidos, profissionalizando-os e formando-os para atuarem em uma sociedade competitiva e desafiadora como é o caso do processo formativo do assistente social na modalidade EAD, sobretudo, na perspectiva da educação inclusiva.

3. A formação profissional em Serviço Social em tempo de inclusão

Entende-se por tempos de inclusão as políticas governamentais e institucionais que discutem e promovem o acesso igualmente a todas as pessoas. Tempos de incluir as pessoas com deficiência ou aqueles que sofrem algum tipo de discriminação: racial, de credo, de *status*, de gênero, etc. Os tempos de inclusão pressupõem mudanças atitudinais, além das adaptações e reformulações em leis, do cumprimento de deveres e dos direitos de igualdade.

Na contemporaneidade uma das principais funções do Serviço Social é correlacionar o conjunto de necessidades materiais, políticas e culturais na intervenção e na transformação de realidades distintas, assim sendo, o projeto ético-político que o assistente social comprometido com o Código de Ética assume, deve, ainda, construir,

um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontam para a progressiva democratização das relações sociais. Exigem-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social (Iamamoto, 2006, p. 193).

Assim, a formação profissional deve ter por base um projeto com características de criatividade, respeito e ética no exercício da profissão. Sem essa ideia de leitura e reflexão da realidade se torna inviável a concretização assegurada pelo Projeto Ético-Político que visa “romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, fica muito limitado às possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista” (Guerra, 2007, p. 81).

Para que a formação profissional em Serviço Social na modalidade a distância seja efetivada com o estudante em questão é necessária a oferta de uma estrutura didático-pedagógica humanística de qualidade, considerando a acessibilidade que deve começar pela adaptação curricular e produção de material didático que vá ao encontro das suas necessidades especiais de aprendizagem.

A oferta de cursos EAD não deve ser vista como mercadoria, visando apenas ao lucro, precisa ter como prioridade o acesso ao conhecimento e à formação profissional de forma igualitária, assim como a permanência de todos e com qualidade. Nessa perspectiva, a IES precisa garantir os recursos necessários aos “inclusos”² para que possam também construir conhecimento e repensarem suas práticas como agentes transformadores e em transformação.

É preocupante quando a formação profissional do estudante com deficiência não é considerada, pois nem mesmo a garantia de acesso ao material é ofertada pela IES, uma vez que, até o término deste trabalho, o aluno não fora contemplado com material didático acessível em caracteres do Sistema Braille ou outras tecnologias assistivas, embora, tenha os mesmos direitos e deveres.

Muitos são os deveres, como: manter as mensalidades em dia, cumprir com as tarefas, comparecer às aulas, participar dos fóruns, etc. E em relação aos direitos? O acadêmico em questão é deficiente visual cego e sua forma de leitura e escrita não é considerada no processo formativo. As condições básicas de acesso ao conhecimento não estão disponíveis, isto é, apostilas em caracteres Braille (material didático). Vale ressaltar, que a IES com polo em Parauapebas, sudeste do Pará, é uma instituição particular e conhecida nacionalmente.

Corroborando com as discussões, as autoras Sá & Simão (2010) descrevem o Sistema Braille afirmando que esse código é constituído por 64 sinais em relevo e que a combinação desses pontos representa as letras do alfabeto, os numerais, a acentuação, a pontuação, as notas musicais, os símbolos matemáticos e outros sinais gráficos. Louis Braille foi o idealizador desse sistema de leitura universal.

Promover a educação a distância na perspectiva da educação inclusiva é possibilitar aos “inclusos” no processo de aprendizagem os mesmos direitos que os demais acadêmicos, oferecendo-lhes as condições necessárias de construção de saberes, sistematizando-os a partir da pesquisa científica. Assim, construir o conhecimento segundo as potencialidades do estudante com deficiência pressupõe adaptar as estratégias às suas especificidades, nesse caso, é fundamental considerar a inserção e a utilização do Sistema Braille como recurso de autonomia e independência acadêmica, assim como outras tecnologias assistivas. Sobre esse sistema, pode-se afirmar que é,

[...] um instrumento mais preciso e eficaz para que as pessoas cegas, especialmente aquelas que já nasceram cegas ou perderam a visão nos

primeiros anos de vida, tenham acesso ao conhecimento e formem conceitos sobre seres, objetos, formas e realidades que a falta da visão lhes torna inacessíveis, [...] somente o Braille é capaz de proporcionar o prazer inigualável de desfrutar da leitura sem intermediários (Oliveira, 2009, p. 174).

Assim, as IES que ofertam cursos na modalidade a distância não devem apenas assegurar o acesso dos deficientes, especificamente com deficiência visual, a essa modalidade, entretanto, precisam cumprir com os direitos assegurados na Constituição Federal, permitindo que os sujeitos recebam instrução educacional de forma igualitária e com qualidade segundo as especificidades apresentadas. Os gestores das IES precisam compreender que a educação superior se volta ao processo formativo de todas as pessoas e que o conhecimento construído a partir das pesquisas científicas deve ser capaz de transformar as realidades, amenizando as questões de desigualdades, preconceitos, discriminação e exclusão.

A IES na qual o acadêmico está inserido precisa pensar, em caráter de urgência, sobre a inserção dos estudantes com deficiência em seus ambientes formativos, considerar e reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma que os horizontes se alarguem e contemplem as necessidades básicas de aprendizagem, como também repensar as estratégias pedagógicas em prol da igualdade de ensino. Vale ressaltar, ainda, que as adaptações curriculares são questões que precisam ser consideradas também no ensino superior. Por meio delas, é possível oferecer aos estudantes a oportunidade de investigar o conhecimento segundo as especificidades discentes.

A formação contemporânea do profissional em Serviço Social na EAD precisa ter como fundamentação os processos históricos vinculados à realidade a partir de um sistema de educação atuante no contexto social.

A formação profissional é entendida como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. Com esse entendimento, falar em formação profissional implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, procurando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional (Silva, 1984 *apud* Ruwer & Moreira, 2010, P. 10).

O acadêmico em formação precisa desenvolver competências profissionais, conforme aquelas apregoadas pelos Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde (2009) do Conselho Federal de Serviços Sociais, que dizem respeito ao livre

exercício da profissão, à participação na elaboração e gerenciamento das políticas públicas, à ampla autonomia no exercício da profissão, entre outras.

Diante disso, alguns questionamentos surgem na certeza de propor reflexões sobre o processo formativo do estudante em questão: o curso está oferecendo o desenvolvimento dessas competências? O aluno como futuro profissional estará capacitado para exercer suas funções? Apenas o material impresso permite a leitura e possivelmente uma compreensão satisfatória? Que tipo de profissional será habilitado/formado no ensino e aprendizagem a distância?

Tais competências podem ser desenvolvidas durante o tempo de formação acadêmica, sobretudo, pela busca, isto é, pela pesquisa. Essa formação pressupõe leituras a partir das indicações bibliográficas, do estágio como prática necessária ao exercício da profissão, das estratégias que se adaptam aos diferentes públicos e necessidades, dos recursos e mecanismos oferecidos pela instituição, assim como pelo compromisso discente assumido.

Pressupõe-se, portanto, que a IES ofereça tais condições à formulação conceitual, atitudinal e profissional aos futuros formandos para que de fato sejam colocados no mercado de trabalho profissionais capazes de cumprirem com as funções básicas exigidas.

Uma proposta de formação profissional conciliada com novos tempos, radicalmente comprometida com os novos valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais (Iamamoto, 2005, p. 168).

A formação profissional em Serviço Social em tempos de inclusão propõe e vislumbra a sociedade em uma perspectiva acolhedora, que valorize as pessoas acima de tudo. Na modalidade a distância, deve ser prioridade a permissão das diversas formas de aprendizagens, refletindo a partir dos impasses sociais de que maneira tal formação contribui com a visão do sujeito na sistematização de saberes, na investigação do conhecimento e na viabilização de mecanismos que amenizem as barreiras sociais.

Assim sendo, embora essas questões estejam contempladas na grade curricular do curso, a IES precisa oferecer uma formação com base nos princípios éticos e cidadãos, pois a inclusão social, educacional e profissional é de fato uma das vertentes da educação em direitos humanos.

4. Dialogando com o acadêmico em formação

Este trabalho teve início em meados de 2012, na cidade de Parauapebas, sudeste do Pará. O acadêmico em questão já reivindicou todos os direitos, até denúncia no Ministério Público foi registrada e, a partir da busca em propor reflexões sobre a inclusão e a qualidade na oferta e respeito à sua condição, esta investigação surgiu. Na realização deste estudo, fez-se necessária a utilização da metodologia de caráter qualitativo, a partir da análise do material didático impresso, às possibilidades de aprendizagem, isto é, dos recursos oferecidos pela IES.

Durante esta abordagem, utilizarei os termos questionário-entrevista por compreender que os questionamentos foram sendo feitos ao entrevistado no formato de uma entrevista com o questionário estruturado, ressaltando-se que a presença do entrevistador não interferiu nas respostas do acadêmico.

Esta reflexão visa repensar o acolhimento da pessoa com deficiência no ensino superior e, sobretudo, na modalidade a distância, por isso, representa um incômodo sobre o processo de avaliação das IES na oferta de ensino de qualidade. Sobre a questão arquitetônica, as instalações do polo contemplam as necessidades do aluno deficiente, a problemática diz respeito às estratégias, aos recursos didáticos, tecnológicos e humanos.

Os tipos de pesquisa de campo definem a natureza do trabalho a ser realizado. Neste, o uso do questionário foi o principal recurso, uma vez que, por meio dele, foi possível compreender os impasses pelo qual o respondente estava passando. Elaborar um questionário não é uma tarefa fácil, é antes de tudo um exercício de reflexão e de possíveis previsões do que o pesquisador pretende averiguar.

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo (Marconi & Lakatos, 2003, p. 201).

As questões podem ser subjetivas, de múltipla escolha e dicotômicas. Nas questões subjetivas, os respondentes são livres para gerir as respostas segundo suas concepções, concorda-se, portanto, que se deva partir das questões gerais às específicas. No que se referem às de múltipla escolha, os participantes optam por uma das alternativas, nas dicotômicas são apresentadas apenas duas opções de respostas, de caráter bipolar: sim/ não, concordo/ discordo, gosto/ não gosto.

O questionário é uma ferramenta de pesquisa que pode atender a uma determinada demanda. Embora seja um recurso de averiguação, apresenta as vantagens assim como as desvantagens, conforme demonstradas a seguir.

Quadro 01 – Questionário

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> • Economiza tempo, viagens e obtém grandes números de dados. • Atinge maior número de pessoas simultaneamente. • Abrange uma área geográfica mais ampla. • Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo. • Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. • Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. • Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas. • Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. • Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. • Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento. • Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem pequena dos questionários que voltam. • Grande número de perguntas sem respostas. • Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas. • Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas. • A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente. • Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra. • A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização. • O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação. • Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões. • Exige um universo mais homogêneo.

Fonte: Marconi e Lakatos (2003, pp. 201-202)

As autoras consideram de suma importância que o pesquisador conheça bem o assunto para que possa elaborar as perguntas de forma precisa e clara, asseguram ainda que o investigador deve ter em mente um número de questionamentos de forma que o questionário não se torne enfadonho e os objetivos sejam atingidos.

O questionário abaixo é parte da coleta de dados com o acadêmico em questão sobre suas vivências na IES em Parauapebas, assim, este trabalho preza pelo anonimato à identidade estudantil do entrevistado. Reafirma-se que esta análise não objetiva

deturpar a função socializadora, emancipatória e formativa que a Instituição cumpre, mas propõe reflexões sobre as políticas de acessibilidade na educação superior.

Na reprodução da entrevista-questionário são utilizadas as letras (E) para entrevistador e (A) para acadêmico. Ressalta-se, ainda, que a entrevista foi realizada de forma oral, sendo, portanto, as respostas transcritas pelo autor deste trabalho, o qual assumiu o papel de transcritor e leitor.

Quadro 02 – Entrevista-questionário

E. Você se sente incluído no processo de formação acadêmica ao qual se propôs?

A. Apesar das dificuldades, percebo que aos poucos estou sendo incluído nesse processo, mas acredito, ainda, que o sistema deveria ter avançado mais.

E. Em relação ao material didático, é adaptado às suas necessidades educacionais?

A. Infelizmente, o material didático chega às minhas mãos em tinta, dessa forma, fica inviável a minha autonomia em relação ao estudo individual.

E. Você percebe alguma preocupação da Instituição em relação à sua inclusão?

A. É perceptível que o Polo da Instituição em Parauapebas não demonstra muita preocupação a começar pelo material didático, pois é o mínimo que poderia ser oferecido, porém o descaso maior é da matriz da Instituição em São Paulo, pois a produção do material didático é feita naquela capital e, no entanto, nada até agora mudou. O que é mais questionador é que sabem da minha existência na faculdade, mas nada até agora em relação ao material didático foi feito.

E. Acerca dos recursos humanos, o que você tem a dizer?

A. Como se não bastasse o desrespeito à falta de material produzido à minha forma de ler e escrever, os profissionais da própria Instituição no Polo de Parauapebas não têm nenhuma formação na área da deficiência visual, tampouco buscam uma capacitação para atender melhor as pessoas com necessidades educacionais especiais, pois, além da minha presença, estudam também colegas surdos além do que outros poderão também vir ao encontro do conhecimento por meio da educação a distância.

E. Na educação a distância a utilização dos recursos tecnológicos é fundamental para a realização de atividades, como fóruns, chats, entre outros. No que se refere ao laboratório de informática, o que você tem a relatar?

A. Embora seja de grande importância essa interação virtual - o laboratório de informática não apresenta nenhuma acessibilidade, por exemplo, nem a instalação do Sistema Dosvox³ que é um aplicativo que assegura ao deficiente visual acessar e utilizar a internet como os demais alunos, nem com isso a Instituição demonstrou preocupação.

E. E em relação aos colegas?

A. A inclusão na realidade é baseada no respeito e na confiança, entretanto boa parte dos colegas demonstra desconfiança, "será que ele vai conseguir". Na realidade, tenho uma colega que me auxilia nos trabalhos em dupla.

E. Diante do cenário vivido por você, qual é a sua concepção acerca da formação profissional do Assistente Social na educação a distância?

A. É relativo e depende da visão de cada um. Na educação a distância, é possível sim uma formação condizente com a realidade, porém é necessário que a instituição mantenedora assuma o compromisso de fazer com que todos tenham as mesmas oportunidades e as condições de aprender.

E. O curso de bacharel em Serviço Social atende às suas expectativas?

A. Atende em parte, mas deixa muito a desejar, por exemplo, já citei em relação ao material didático, embora seja de boa qualidade em se tratando dos conteúdos, entretanto é falho em não contemplar as minhas necessidades especiais. Outro ponto a ser questionado é a comunicação entre professor e aluno que nem sempre funciona por meio da tecnologia.

E. No seu ponto de vista como acadêmico, o que precisa melhorar?

A. Não estou aqui desmerecendo a história e a contribuição da Instituição no processo de democratização do conhecimento, estou relatando sobre o que sinto na pele, sobre as minhas necessidades, pois sou acadêmico como os demais e gostaria de ser atendido como os outros são. Questões a serem melhoradas devem começar pela produção de material adequado às necessidades educacionais de cada educando, deve ainda ter uma atenção voltada ao público da Educação Especial que está em busca dos mesmos ideais. É certo que no polo de Parauapebas a Instituição contratou um profissional (mas por pouco tempo) que me auxiliava. Minha autonomia começa pela forma como eu adquiro as habilidades leitoras, isto é, por meio do Sistema Braille.

E. Você tem algo mais a acrescentar?

A. Espero que este estudo seja analisado na perspectiva de melhorar o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, pois, assim como eu, outros virão e espero ainda que se sintam acolhidos e sejam atendidos nas suas necessidades educacionais.

5. Algumas reflexões

As propostas educacionais devem contemplar as necessidades dos alunos. Contatou-se neste trabalho que o acadêmico em questão é apenas recepcionado na IES, a qual não promoveu nenhuma ação que potencializasse as habilidades, como também não possibilitou o acesso ao conhecimento por meio do Sistema Braille ou outra tecnologia assistiva de comunicação e informação para deficientes visuais.

Diante do que foi discutido, faz-se necessário que o acesso ao saber seja entendido para além da frequência das pessoas com deficiência nos ambientes educacionais, sobretudo, no ensino superior. Há uma latente necessidade de compreensão sobre as políticas de inclusão no contexto das oportunidades, capaz de permitir aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o desenvolvimento de competências, assim como o aprimoramento das habilidades a partir dos recursos e dos serviços oferecidos.

O desenvolvimento de habilidades e a potencialização de competências traz implícito o repensar sobre as estratégias pedagógicas, os recursos humanos e materiais ofertados pela escola. Nesse sentido, voltar-me-ei novamente à questão do material didático impresso disponibilizado ao acadêmico, além das aulas via satélite; assim, proponho o seguinte questionamento: como um estudante com cegueira poderá construir ou potencializar as competências formativas tendo como principal recurso uma apostila impressa?

O companheirismo era um dos recursos utilizados na realização das atividades, o qual era possibilitado pelo auxílio de uma colega de turma, que às vezes cumpria com a função de ledora. Entretanto, ressalta-se que, a realização da função ledora exige a obediência de técnicas, pois não se resume em apenas ler, mas cumpri-la corretamente. Outros questionamentos nos possibilitam refletir sobre o tão sonhado processo de inclusão: é certo que durante os quatro anos de formação acadêmica, o aluno construa competências apenas com a leitura feita por outrem? Será capaz de desenvolver conhecimentos e habilidades necessários para atuar no mercado de trabalho?

Sugere-se, portanto, que uma das possibilidades de acompanhamento da aprendizagem do acadêmico com deficiência seria a contratação de profissionais com habilitação ou especialização na área da Educação Especial, além da oferta do material didático em Braille, que deveria ser assegurado pela IES. A partir dessa omissão, reflète-

se sobre as práticas dos direitos humanos em uma época na qual o direito de estudar e aprender é evidenciado e garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando as estratégias e os recursos pedagógicos adaptados às necessidades especiais dos aprendentes.

Esta proposta objetiva propor reflexões sobre as pessoas com deficiências, uma vez que a acessibilidade ao material em códigos Braille deve ser uma das garantias, logo, entende-se que isso é uma questão de direitos. Assegurá-los à igualdade de aprender significa considerar como cada indivíduo aprende e como as instituições podem torná-los uma realidade.



Figura 1: Material Didático

Fonte: IES/ polo Parauapebas

Faz-se necessário que o desenvolvimento intelectual e a construção de conhecimento na área de serviço social sejam mediados pela oferta de materiais capazes de contemplar as necessidades educacionais especiais de todos aqueles que são admitidos no ensino superior.

Uma das formas de garantia de direitos é acionar os sistemas existentes em prol dos direitos humanos. A educação é um direito de todos e os sistemas de ensino devem garanti-la, modificando estratégias de aprendizagens e verificando as políticas de acessibilidade, o direito de ir e vir, de estar e ser atendido, mas, principalmente, de

aprender, por isso todas as questões que vão de encontro aos direitos humanitários precisam ser denunciadas.

Para reivindicar sobre os direitos é necessário conhecê-los, assim, questiona-se, sob qual perspectiva o Projeto Político Pedagógico da Instituição foi elaborado? Qual seria verdadeiramente a filosofia da universidade? Até que ponto os gestores institucionais desconhecem esse caso? Quantos outros casos precisam existir para que se chame atenção?

Assim, a educação é prática social e de acolhimento, impasses, tensões e desafios, mas também de superação, respeito e qualidade na oferta dos serviços. Assegurar os recursos de aprendizagens aos estudantes cegos, surdos, cadeirantes, entre outros, é uma questão de urgência, pois um país democrático se constrói com respeito ao direito de todos.

6. Considerações Finais

Mediante as reflexões apresentadas durante esta produção, espera-se que elas não caiam no esquecimento, mas possam incitar propostas de oferta de ensino, de acessibilidade e qualidade independente das condições físicas vivenciadas pelo público da Educação Especial. Sejam as condições garantidas pelas instituições que se propõem ofertar cursos, formar pessoas, profissionalizar mão de obra e qualificá-las por meio da educação a distância.

As IES estão preparadas para oferecer educação de qualidade a todos? Quais políticas são adotadas na oferta de cursos a distância? O que se entende por acessibilidade? Não deviam ser asseguradas a todos as possibilidades de aprendizagem? Esses e os demais questionamentos presentes neste trabalho objetivam suscitar reflexões sobre o verdadeiro papel da inclusão na educação e na sociedade, além de despertar as ações dos órgãos competentes na garantia dos direitos humanos.

Destarte, este trabalho não se contrapôs à função social da IES na qual o acadêmico cego está inserido, mas trouxe à tona questões que talvez não tenham sido percebidas. À luz da função transformadora e social da educação, espera-se verdadeiramente que a inclusão nos ambientes educacionais superiores seja vivenciada, com base no respeito às diferenças e no cumprimento das práticas de direitos

humanitários. Ainda não houve nenhum desdobramento por parte da Instituição em relação ao que foi pontuado neste estudo, ainda assim, almejo que tais considerações possam despertar outras investigações no processo formativo das pessoas com deficiência, em especial, em cursos de Educação a Distância.

Notas

1 - Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

2 - A utilização das aspas no termo **incluso** pressupõe dizer que o aluno apenas está inserido.

3 - Dosvox - Programa com síntese de voz, ambiente com interfaces adaptativas que oferece programas próprios como editor de texto, leitor de documentos, etc. É gratuito e disponibilizado em: <http://www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox>

Referências Bibliográficas

Brasil. (1996). Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Imprensa Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/Idb.pdf>

Castro, A. D. M, & Gauthier, L. S. (2009). Coordenação pedagógica e mediação tecnológica: interface na perspectiva de uma educação inclusiva. In DÍAZ, F., et al (Orgs.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA.

Conselho Federal De Serviços Sociais. (2009). *Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde*. (Versão preliminar). Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde. Brasília.

Ferreira, D. C. A., & Schenkel, C. A. (2003). *O Papel da Educação a Distância*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Docência pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Uberaba - MG. Disponível em http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/o_papel_da_educacao_a_distancia.pdf

- Guerra, Y. (2007). O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporânea da prática profissional. In *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXVIII. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2005). *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2006). As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In Mota, A. E., et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez.
- Libâneo, J. C. (2004). A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. *Revista Brasileira de Educação*, 27(4), 5-24.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Norte, M. B. (2004). Estudo cooperativo e autoaprendizagem de línguas estrangeiras de informação e comunicação/internet. In Barbosa, R. M. *Ambientes virtuais de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Oliveira, C. A. H. S. (2004). O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. *Serviço Social & Sociedade*, 25 (80), 59-81.
- Oliveira, R. F. C. (2009). Desbrailização: realidade e perspectivas. In Amiralian, M. L. T. M. (Org.). *Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade*. – 1ª ed. – São Paulo: Vetor.
- Pallof, R. M., & Pratt, K. (2004). *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed.
- Ruwer, L. M. E., & Moreira, I. S. (2010). Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. In *Anais do VII Seminário*. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>
- Sá, D., & Simão, V. S. (2010). Alunos com cegueira: crenças, mitos e concepções acerca da cegueira. In Domingues, C. A. et al. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. [Fortaleza]:
Universidade Federal do Ceará.

Souza, T. M. C., & Oliveira, C. A. H. S. (2010). Educar cidadãos: o cenário da formação profissional em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, 19 (1), 193-222.